|  |  |
| --- | --- |
| officeArt object | **CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE URUSSANGA**  **Lei Criação Nº 2.485, de 26 de novembro de 2010** |

**ATA N° 013/2024**

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às oito horas, reuniram-se nas dependências do Centro Cultural, localizado no Parque Municipal Ado Cassetari Vieira, os (as) conselheiros (as): Vanessa Lopes, Rita Padoin, Andrei Leandro, Adroaldo Luiz Apolinário, Sergio Roberto Maestrelli, Henrique Viana e Silva, Ana Paula Zapelini, Juliane Fontanella e Joelma Fornasa. Como convidadas técnicas do conselho Marielle Bonetti, Michelle Bonetti, Maristela Peraro e Samuel B. Iladi para a décima terceira reunião ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Urussanga. Não estando presente e sem justificativa: Henrique Ernesto Godinho Bettiol e Manoela de Souza Fretta. Justificou ausência a conselheira Edna Zannin Lopes. A Presidente iniciou a reunião, dando boas-vindas aos participantes e agradeceu a presença de todos. Primeiramente, informou aos presentes que sentou com a Secretária Rita Padoin para organizar a casa, pois havia muita demanda de trabalho. Seguindo proferiu a pauta pré-estabelecida: **1** - Valor para despesas do Conselho Municipal de Cultura; **2** - Troca dos Conselheiros; **3** - Encaminhamentos dos Ofícios aos órgãos competentes referente a troca dos Conselheiros: Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes, Secretaria de Educação, Câmara de Vereadores; **4** - Nomeação do novo Vice-Presidente e 2º Secretário; **5** - Atualização do Membros das Câmaras Técnicas; **6** - Devolutiva sobre a Audiência Pública do PAAR e PNAB; **7** - Prorrogação de prazo da LPG; **8** - Encaminhamento do Ofício ao Prefeito Municipal referente a aprovação do PL do Conselho e contratação de consultoria para o Plano Municipal de Cultura, prazo 11/07; **9** - Análise dos últimos eventos culturais; **10** - Alteração da Lei do Conselho Municipal de Cultura; **11** – PL de Alteração da Lei do Conselho Municipal de Cultura. Seguindo a pauta Vanessa falou sobre as despesas do conselho, dizendo que devemos aguardar a nova Lei do Conselho para que seja incluído um valor quando da elaboração da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias. Porém, podemos ir pensando nos valores para 2025, em quais são os valores e as ações para o Conselho. O que diz o Estatuto hoje: no art. 21º - À secretaria geral, que será exercida pelo 1º Secretário Geral e assistida por um 2º Secretário, além de servidores do quadro de pessoal do município que lhe serão diretamente subordinados, compete apoiar técnica e administrativamente os trabalhos do Conselho, preparando as sessões plenárias, elaborando atas, atendendo solicitação de diligências, revendo e preparando matéria de divulgação, publicação e outros encargos de natureza técnica administrativa. No parágrafo Único diz o seguinte: A Secretaria Geral será constituída por funcionários da prefeitura colocados a disposição do Conselho ou funcionários municipais qualificados, especialmente designados. Isto é o que diz o estatuto. A nova lei diz que: solicitar, por meio de documento formal, à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte de Urussanga, o custeio das despesas necessárias ao seu funcionamento, especificando no mesmo ato os gastos orçamentários. “Então podemos nos preparar para isto porque é uma realidade e assim que a lei passar temos que prever no orçamento estes gastos”. Em relação a troca dos Conselheiros a Presidente colocou que precisa rever e substituir urgentemente os que saíram. Colocou sobre as recentes saídas de alguns Conselheiros sem as devidas justificativas por escrito conforme rege o estatuto. A partir da nova lei, esses acontecimentos não poderão mais acontecer. As faltas deverão ser justificadas por escrito e encaminhadas à diretoria executiva até a reunião subsequente. Vanessa colocou que por enquanto deixamos assim. Com a nova lei, teremos 90 dias para realizar um novo Fórum e escolher os novos integrantes do Conselho. Enquanto o Fórum não acontece, vamos remanejar integrantes suplentes e colocá-los como titular. Foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Adroaldo acha importante fazer um relatório dessas reuniões e expôr as dificuldades encontradas, inclusive isto. Relatar principalmente os integrantes do setor público que foram designados para serem conselheiros e não estão participando das reuniões, inclusive em horário comercial. Rita informou que foi encaminhado ofício a todas as instituições e ao Gabinete do Prefeito informando sobre esta questão e solicitando que em caso de o conselheiro designado não quiser mais, que seja nomeado outro. Sergio colocou que isto é a cultura do serviço público. Deu exemplo de uma matéria que saiu na Televisão ontem em que uma das reivindicação dos grevistas das universidades públicas é o fim do ponto eletrônico. Isto quer dizer que não querem cumprir horário. Manas aproveitaram para cobrar a aba da cultura no site da Prefeitura e nessa aba deveria estar as atas do conselho. Vanessa informou que isto vai constar na nova lei. Samuel informou que o site ele já fez, porém o funcionário Mauro Paes responsável pelo setor de informática da Prefeitura não autorizou. Samuel solicitou apoio do Conselho para que isto seja resolvido. Ana Paula expôs que já aconteceu com ela na época do Fórum de Cultura. Solicitou ao Mauro para que colocasse no site diversos documentos e o mesmo não acatou o seu pedido. Rita sugeriu que seja através do Secretário de Cultura essa cobrança e não através do conselho. Sergio concordou que essa cobrança é da parte da pasta da cultura. Ficou decidido então que será encaminhado um ofício ao Secretário de Cultura para que tome as devidas providências em relação a solicitação. Seguindo Vanessa informou quais documentos que foram enviados aos órgãos competentes para troca dos conselheiros de cada uma das pastas. Em relação aos nomes do vice presidente do 2º secretário, Vanessa expôs o que rege o regimento no seu artigo 7º - No impedimento ou na ausência temporária do presidente e do vice-presidente do conselho, assume a presidência o primeiro secretário e na ausência deste, assume o segundo secretário. Em última instância, um dos conselheiros será eleito pelos demais para assumir pro-tempore. Discutiu-se sobre a ex Presidente Maria Alice se o cargo é definitivo ou temporário. Chegou-se a conclusão de que como a mesma é funcionária pública, o seu afastamento é temporário. Ficou definido que por enquanto será escolhido através de voto os nomes para compor os cargos nesta reunião. Por unanimidade ficou para Vice-presidente o Senhor Henrique Viana e Silva e Ana Paula Zapelini foi eleita com 2ª Secretária. Seguindo a pauta sobre a atualização dos membros das Câmaras Técnicas a Presidente sugeriu aos presentes que indicassem nomes ficando assim constituída as Câmaras Técnicas: **Câmara de Articulação Institucional** - compete estabelecer uma relação de cooperação e consulta com órgãos públicos, entidades e instituições públicas e privadas: Adroaldo Luiz Apolinário, Andrei Leandro e Juliane Fontanella. **Câmara de Coordenação, Programas e Projetos** - compete subsidiar, assessorar e coordenar as ações relativas à cultura: Vanessa Lopes e Rita Padoin. **Câmara de Legislação e Normas** - compete subsidiar juridicamente os atos do Conselho Municipal de Política Cultural de Urussanga, suas relações com o poder Executivo, Legislativo, Judiciário realizando estudos da legislação pertinente: Marlene Zannin como convidada técnica e Ana Paula Zapelini. **Câmara de Patrimônio Histórico e Cultural** - compete acompanhar, promover ações destinadas a conservação ou restauro do patrimônio material, e da promoção e divulgação do patrimônio imaterial (saberes e fazeres, festas e tradições do povo urussanguense): Sérgio Roberto Maestrelli, Titular e Marielle e Michelle Bonetti como convidadas técnicas. Seguindo sobre a devolutiva da Audiência Pública do PAAR e PNAB, Vanessa passou a palavra para as Manas. Marielle informou que os resultados da consulta pública em percentuais não irá apresentar pois os mesmos foram apresentados na audiência pública. Pediu aos presentes que numa próxima audiência pública fizessem um esforço maior para uma representação maior do Conselho. Acham importante essa representatividade. Expuseram que apesar do baixo número de respostas, que foram apenas 59, pelo número de associações e entidades, praticamente todas participaram e pelo menos uma pessoa respondeu. Então, isso dá representatividade e não dá para dizer que não souberam do formulário. A sugestão do Plano Anual foi baseada no maior índice de respostas ou seja, onde teve o maior percentual, baseou-se para montar a proposta do Plano que foi dividido em ações. Vanessa informou que esses valores são da Lei Aldir Blanc. Esse recurso vem para Urussanga durante 5 anos e esse é o primeiro ano. Já esta na conta da Prefeitura a primeira parcela. Porém, para esse recurso vir precisa fazer consulta pública, audiência pública, publicar tudo no Diário Oficial no TransfereGov. Marielle informou que o que está sendo apresentado hoje é o que foi também apresentado na Audiência Pública no dia 24 de maio. Em seguida passou aos presentes os valores por metas, ações conforme segue: Valor Total: R$168.211,05, deste 80% vão para as ações gerais para “ampla concorrência e 20% para regiões periférica, povos e comunidades tradicionais. Na Ação 1 de Fomento Cultural envolvendo algum equipamento cultural ou área externa do complexo cultural do Parque Municipal de Urussanga, ficou 41% do valor totalizando R$ 65.518,20, sendo: 1 (um) Projeto de R$ 25.018,20; 3 (três) Projetos de R$ 13.500,00. Dos 4 (quatro), pelo menos 1 (um) projeto será destinado para a área periférica no valor de R$13.500,00. Na Ação 2, de Fomento Cultural para a realização de ações para salvaguarda do patrimônio material e imaterial, ficou 34% do valor da Meta 1, R$54.332,17, sendo: 1 (um) projeto R$21.332,17; 3 (três) Projetos de R$11.000,00 = R$33.000,00. Dos 4 (quatro), pelo menos 1 (um) projeto de R$11.000,00 deverá ser destinado para áreas periféricas. Ação 3, Capacitação de agentes culturais, 25% do valor da Meta 1 R$ 39.950,13, sendo: 1 (um) Projeto de R$15.950,13; 3 (três) Projetos de R$8.000,00, totalizando R$ 24.000,00, no mínimo 1 (um) projeto de R$ 8.000,00 deverá ser destinado para áreas periférica. Meta 2, Ações Gerais, valor: R$ 8.410,55. Ação 1, Custo Operacional (até 5%) Atividade: Contratação de consultoria para elaboração de editais Valor: destinar 71% do valor da Meta 2, R$ 5.971,49 e Ação 2, Custo Operacional (até 5%) Atividade: Contratação de pareceristas Valor: destinar 29% do valor da Meta 2, R$ 2.439,06. Finalizando colocou que a sugestão apresentada hoje foi a mesma levada na Audiência pública sendo aprovada por unanimidade. A Gestão já cadastrou no TransfereGov em virtude de o prazo ser até 31 de maio. A Presidente relatou que a lição de casa foi feita cumprindo o prazo determinado pelo MINC apesar de ter sido prorrogado. Relatou também que no segundo semestre abrirá edital para os 12 projetos contemplados com valor mínimo de R$ 8.000,00 e máximo de R$ 25.000,00. Por que fazemos todos esses processos de oitivas, consulta pública e audiência? Para evitar que o Prefeito dê um outro destino para essa verba e não para os fazedores de cultura. Seguindo a pauta sobre a prorrogação da Lei Paulo Gustavo, Vanessa informou que os projetos estão em andamento e muitas pessoas a procuraram para solicitar prorrogação da LPG em virtude das intensas chuvas que ocorrem entre os meses de abril e maio. Alguns projetos tipo do audiovisual dependem do tempo bom para se concretizar. O prazo no edital é 28 de setembro, porém na prestação de contas está para fim de outubro e a do MINC está para dezembro. Vanessa vai verificar e posteriormente informar a todos os interessados. Manas lembraram que a Gestão ficou de definir um manual de prestação de contas e até o presente momento não foi feito. Solicitaram que fosse reforçado em relação a prestação de contas e das notas fiscais. Porque a Lei exige “Relatório de execução do objeto”, é só isso. Não há necessidade de encaminhar nota fiscal. A Presidente concordou e entende que basta a Diretora de Cultura encaminhar um relatório de cumprimento de metas. Manas complementaram dizendo que o relatório é para comprovar que o que tu propôs foi executado. É isso que a lei exige. “A Gestão mandou tirar nota de um jeito que não existe. A contabilidade já consultou a lei de tributos e tirar nota de MEI pra MEI não existe. Acreditamos que deverá ser feito um recibo de comprovação. Essa questão das notas é uma salvaguarda para o proponente se a gestão entender que o objeto não foi executado, aí sim pede a nota” finalizaram. Continuando a pauta Vanessa relatou sobre o encaminhamento do Ofício ao Prefeito Municipal referente a aprovação do PL do Conselho e contratação de consultoria para o Plano Municipal de Cultura, cujo prazo é até 11 de julho e a nossa ideia é contratar uma consultoria. Estamos sem tempo e para fazer um bom Plano vai levar no mínimo três meses. Então contrata-se essa consultoria agora para que possamos ter esse Plano de Cultura até o fim do ano, é um plano decenal para 10 anos. A próxima gestão que vier já terá tudo pronto. Adroaldo perguntou se já tem uma resposta do Prefeito em relação a Lei do Conselho. Vanessa informou que o Prefeito prometeu que iria encaminhar o PL para a Câmara de Vereadores logo. Foi encaminhado novo ofício ao Prefeito solicitando andamento ao PL o mais breve possível. Uma Consultoria dessa deve custar em torno de R$ 30.000,00 ou R$ 40.000,00 para fazer um Plano decente. Joelma colocou aos presentes que a ACIU terá uma reunião com o pessoal da DELL, uma empresa de desenvolvimento econômico local, talvez se enquadre para o desenvolvimento do Plano de Cultura. Vanessa expôs que já coordenou esse programa da DELL em Rio Negrinho. É um programa que envolve toda a comunidade e só funciona se todos pegarem juntos. Isto se chama comprometimento. Que na realidade não funciona se todos não pegarem juntos. Manas deram a ideia desse Plano estar integrado com os Conselhos. As demandas do Conselho deveriam ir para esse Plano. Seguindo a pauta Vanessa passou a palavra para Manas sobre a análises sobre os últimos eventos culturais. Manas colocaram que pediram para trazer esse assunto para seja refletido, pois está acontecendo muitos eventos ultimamente em relação ao projetos da Lei Paulo Gustavo. Foi uma luta nossa para que isto acontecesse. Então, percebemos uma baixíssima participação. Deu exemplo no projeto delas quando da entrega aos Escoteiros, não teve participação de ninguém, nem da Gestão. Foram feitos convites, divulgado em redes sociais e praticamente fizemos a entrega somente para as crianças dos escoteiros e os monitores. Valeu a pena porque vimos a emoção nos olhos das crianças no momento da entrega das obras. Precisamos refletir, principalmente o Conselho que deveria fazer a tarefa de casa. Temos que dar apoio e incentivo aos projetos que estão sendo entregues. Teve o evento sábado das Mulheres Agricultoras, a participação presencial foi baixa. Felizmente elas conseguiram vender tudo antecipadamente todas as cestas previstas. O projeto delas não foi executado como foi previsto. Era para ter sido executado no Parque Municipal com toda família, fazer um pique-nique. Precisamos nos unir para incentivar esses projetos para que não acabe morrendo como está acontecendo com as Associações. Nós como Conselho precisamos pensar em alguma ação para que isso não aconteça. Temos que ter esforços para estimular a comunidade para isto. “Questionaram: Por que a solenidade da Câmara de Vereadores estava lotada e os outros projetos culturais não?” O que acontece? O que temos que fazer de diferente? Finalizaram pesarosas. Sergio entende que falta aquele convite corpo a corpo. Deu exemplo de um evento que tiveram com os agricultores em 2013. Ele perguntou a pessoa responsável se haviam enviado os convites aos agricultores. A responsável respondeu que sim. Que o convite foi feito através das redes sociais. Sergio falou na época que os agricultores não iam deixar a enxada de lado para ficar olhando redes sociais. Conclusão: apareceu apenas uma pessoa. Os convites devem ser feitos presencialmente, frisou. Quando o convite é virtual, quem lê entende que não é da área e acaba não indo. Agora, quando é feito pessoalmente, a pessoa fica com a responsabilidade de ir. Então, tem que ser revisto esses tipos de convites. Henrique Viana aproveitou para expôr sua opinião a respeito dos eventos e disse que faltou comunicação em como seria o evento. “O que senti foi que não despertou interesse”. Tem que ver o que precisa ser feito em relação a isto. Também concorda com Sergio em fazer os convites presencialmente. Ana Paula concordou com os demais e entendeu que se os fazedores de cultura não vão nos eventos, imaginem quem não é da área. Por exemplo, os projetos da Lei Paulo Gustavo, vem verba pública e nem a Prefeitura não dá a devida atenção, esse é um fato. Foi feita a divulgação dentro do que tínhamos, podíamos e conseguíamos fazer. Esse é outro ponto. Falta empenho do setor público para ajudar nas divulgações. “concordo com o Sergio, temos que fazer a lição de casa”. Continuou: “volto a repetir, volto a enaltecer o trabalho do Conselho de Cultura, ou seja, nós estamos fazendo tudo o que pode e o que não pode fazer. É a parte da reflexão. Mas, temos que ficar de olho no que a gente vai ter que fazer junto com o poder público. Em relação aos agricultores, a cultura só acontece porque os agricultores estavam fazendo aquilo lá. Por exemplo, o evento da praça, gastronomia e comida”. Segundo Vanessa essa é uma discussão que deve seguir, pois foram anos e anos sem um fomento cultural para ajudar o pessoal da cultura se manter. Primeiro devemos salvar o setor. O setor estando salvo, a gente consegue aos poucos trabalhar, não é da noite para o dia. Estamos trabalhando muito. É uma luta. Andrei deu ideia de agregar mais eventos num mesmo momento acaba trazendo mais público. De repente combinar com as associações e fazedores de cultura e criar um guia para fazer apresentações. Vanessa informou que já existe um projeto para isto. Seria no parque municipal juntamente com as associações e os artistas. Fomentando a cultura, conseguimos ter alguma coisa nas ações culturais. Primeiro precisamos ter nosso parque funcionando. Nem o Museu está aberto ainda. Sergio disse que é uma questão de percepção. É preciso reconhecer todo esforço e resultados de tudo o que envolve o setor cultural, por exemplo, as Leis de fomento, os sistemas, etc, porém, essas coisas acabam sendo invisíveis aos olhos da população. “O que quero saber é como está a percepção da baixada por exemplo. Eles podem dizer que não estamos fazendo nada e estamos fazendo tudo”. Então, a cultura tem que estar fazendo algumas ações que possam penetrar na cabeça das pessoas. Precisamos resgatar aquele ofício que foi solicitado várias ações para a cultura no ano passado e até agora não obtermos resposta. Nós temos dentro da administração municipal nos tempos normais existe uma frase que diz o seguinte: “O tempo urge”. Nos tempos anormais tem que acrescentar outro verbo: “O tempo urge e ruge”. Sergio perguntou ao Samuel se o telefone 3465-1313 da cultura já está funcionando. Samuel respondeu que não. Seis meses o telefone mudo. Seis meses e as coisas não acontecem como deveriam. Manas complementaram dizendo que a consulta pública refletiu todos os três primeiros pontos ali, que apresentaram de estruturas de referência culturais para a cidade se concentram aqui no parque, é o parque, o centro cultural e as oficinas culturais. Sergio continuou cobrando vários itens que estão no ofício 014/2023 e que até o momento não foi feito. Henrique lembrou que a Diretora de Cultura Maria Alice estava na composição do Conselho até a poucos dias atrás cobrando. Agora, ela está como Diretora e as coisas continuam como estão. Não tem explicação para as coisas não acontecerem. Agora ela tem que vir aqui dizer quando ela vai resolver. Sergio reclamou da central de informações turísticas estar fechada nos finais de semana. É um absurdo. “A critica antes era essa e agora pressuponho que tenha que abrir. Porém, continua fechado. Parece que agora saiu o estagiário, saiu sei lá mais quem. Além de não abrir durante a semana, também não abre nos fins de semana, reclamou”. Reclamou que precisou de material. Perdeu uma manhã toda para encontrar alguém para abrir o setor de turismo. Se não tem funcionário, o povo não quer saber. O pessoal não que mais saber de desculpas ou justificativas. O pessoal quer as coisas resolvidas. Solicitou que isto seja resolvido o quanto antes. Vanessa informou da entrada do PL em relação as mudanças da lei do Conselho na Câmara de Vereadores e solicitou a presença dos conselheiros no dia da votação para dar uma pressão. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, a ata lavrada por Rita Padoin e assinada por todos os presentes, cuja lista encontra-se em anexo.